



Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007

p. 355-365

GESTÃO DEMOCRÁTICA: COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL¹

*Maristela Angotti*²
UNESP/Araraquara

Resumo: A atuação do gestor nas instituições educacionais tem exigido dos profissionais a necessária revisão de seus princípios e procedimentos, face às modificações ocorridas nas últimas décadas em termos de política, legislação e conquistas sociais no plano nacional e internacional. A gestão democrática exige redefinições graves nos processos de formação, no quadro de necessidades e exigências pessoais e profissionais, além de compromissos pedagógicos, político-sociais impostos aos profissionais da área. Estas perspectivas delineiam uma instituição diferenciada e o entendimento de que a mesma possa se efetivar enquanto um espaço de aprendizagem e desenvolvimento profissional. Para enfrentar este desafio será necessário um novo perfil de gestor educacional, a ele caberá a tarefa de estabelecimento de um clima favorecedor para que às unidades de educação infantil possam ser entendidas como espaços privilegiados de formação cotidiana para os profissionais que nela atuam.

Palavras-chave: formação continuada; gestão democrática; educador infantil; educação infantil; aprendizagem e desenvolvimento profissional.

DEMOCRATIC MANAGEMENT- A COMMITMENT WITH LEARNING AND PROFESSIONAL DEVELOPMENT

Abstract: The performance of the manager in educational institutions has demanded from these professionals a necessary revision of their principles and procedures, considering the modifications that have occurred in the last decades in terms of political, legislation and social conquests at the national and international levels. Democratic management demands important redefinitions in the process of teaching development, in the area of needs and personal and professional requirements, besides pedagogical and politico-social compromises, which are imposed on professionals in this field. These perspectives delineate a differentiated institution and the understanding that it may be consolidated as a space for learning and professional development. To face this challenge a new profile of an educational manager will be necessary, they will be responsible for the task of establishing a favourable atmosphere, so that the institutions of childhood education may be understood as privileged spaces of everyday development for the professionals who work in them.

Keywords: continuing education development; democratic management; children's educator, childhood education, learning and professional development.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação infantil é temática aqui apresentada decorrente das pesquisas realizadas por Angotti (1998; 2006), sob a questão centrada na aprendizagem e desenvolvimento profissional de educadores(as) infantis, e na defesa das instituições que constituem parte integrante do sistema educacional brasileiro que podem ser entendidas e implementadas como espaços privilegiados de formação docente.

Pretende-se, a partir de pesquisas realizadas, em que se pôde analisar a formação de professores, bem como os princípios norteadores da aprendizagem e do desenvolvimento de adultos no exercício profissional, defender a instituição de educação infantil como espaço possível e privilegiado para a formação, espaço no qual se busca vencer os desafios da qualificação cotidiana e se determinam investimentos num projeto específico para a formação coletiva contínua em serviço.

A legislação educacional brasileira, seguindo tendência internacional, revela e defende princípios inovadores para a cultura educacional e que exigirão alterações saudáveis em situações de práticas didáticas e institucionais, bem como para a aprendizagem e o desenvolvimento de profissionais que atuam com a Educação Infantil, tais como:

- na constituição e interação da classe dos profissionais da educação;
- no pensar e efetuar a profissionalidade do gestor e do educador infantil;
- da proposta de partilha de responsabilidades, de compromissos e liberdade para se projetar e atuar em termos de educação, entendida enquanto autonomia profissional e institucional;
- na implementação dos princípios de co-responsabilidade, flexibilidade, autonomia que dinamizarão novas práticas e perspectivas de interação no interior das instituições e na relação das instituições com as famílias e comunidade, redefinindo o papel dos mesmos no interior das sociedades.

Para que esta alteração filosófica/estrutural oportunizada pela legislação possa vir a ocorrer de fato na prática, há que se reconhecer à necessidade da constituição de “unidades institucionais” com corpo docente forte e com vínculos bem estabelecidos. Tal condição é fundamental para que se possa pensar, por exemplo, a integração de contextos educativos nos quais as crianças estejam inseridas, tendo a oportunidade de criar situações e compromissos de co-responsabilidade entre educadores profissionais e educadores leigos (pais e comunidade) em benefício da formação e desenvolvimento integral da infância, fim último de todas as etapas educacionais que a atendem.

Pretende-se, portanto focalizar e defender as instituições de educação infantil enquanto espaços privilegiados de formação cotidiana para os profissionais que nela atuam, bem como analisar os desafios que deverão ser vencidos para a concretização de tal intento e o papel a ser assumido pela figura do gestor na efetivação de suas funções. Tais funções que não encontram mais espaço e nem justificativa para serem apenas de atendimento à burocracia, devendo estar atreladas às práticas de caráter eminentemente pedagógicas, de formação profissional durante atuação na dinâmica da instituição.

Para tanto, faz-se necessária uma reflexão cuidadosa e a projeção dos devidos investimentos na melhoria da formação inicial e da formação contínua em serviço aqui destacada, entendida como possibilidades que podem ser favorecidas e gestadas no próprio ambiente de trabalho com vistas à aprendizagem e o desenvolvimento profissional.

A alteração da cultura institucional de perspectiva claramente verticalizada e hierarquizada (Angotti, 1998) identificadas e existentes em instituições de atendimento às crianças em idade anterior aos seis anos, bem como, a integração necessária entre os contextos da família, comunidade e unidade educacional enriquecerão e ampliarão a profissionalidade do educador(a) infantil e do gestor, criando parceiros para a partilha de responsabilidades com a formação e o desenvolvimento infantil, bem como com projetos mais claros e melhor definidos sobre a sociedade que se quer seja implementada.

Inerente ao fazer de qualquer profissional, a busca para atender as necessidades advindas do efetivo exercício e sua melhoria tem se constituído em fator fundamental dos investimentos sobre a pessoa do docente, que serão revertidos no fazer mais coerente, convicto e fundamentado do profissional.

Sob esta proposição, de ser a instituição de Educação Infantil um espaço de formação docente, vencendo desafios da qualificação cotidiana, é que se pretende a discussão e análise do papel e da função do gestor institucional.

A SITUAÇÃO ATUAL E SUAS DECORRÊNCIAS:

A atuação do gestor nas instituições educacionais tem exigido dos profissionais a necessária revisão de seus princípios e procedimentos, em face de modificações ocorridas nas últimas décadas em termos de políticas, legislação e conquistas sociais no plano nacional e internacional.

A gestão educacional tem sido cunhada atualmente pela expressão “*democrática*” que exige redefinições graves e complexas nos processos de formação, no quadro de necessidades e exigências pessoais e profissionais, além de compromissos pedagógicos, político-sociais que se impõe aos profissionais da área.

Tem-se a pretensão de focalizar como objeto de análise e discussão o gestor educacional com atuação nas instituições de Educação Infantil, revelando desafios a serem vencidos na determinação de oferecimento de atendimento educacional de qualidade às crianças menores de seis anos, por meio de investimentos objetivos no processo de contínua em serviço dos profissionais que atuam na citada etapa educacional.

Das reformulações ocorridas em termos de princípios legais são importantes serem destacadas:

- o reconhecimento da criança como cidadão de direitos, sobretudo ao direito ao seu desenvolvimento integral a partir de sua vivência e experiência nas creches e pré-escolas;
- a exigência de formação inicial para atuar na Educação Infantil e o direito dos profissionais à formação continuada e contínua em serviço;
- a participação objetiva dos professores na elaboração e implementação de projeto pedagógico institucional, gestão partilhada;
- a co-responsabilidade da instituição, família e comunidade na formação da criança e da infância (integração de contextos); entre outras não menos importantes.

Nestes novos tempos, o gestor das instituições de educação infantil enfrentará desafios tais como a superação da cultura vigente na sociedade, bem como em segmento bastante significativo dos funcionários que atuam na área, que não consideram o atendimento à criança de zero até se completar os seis anos como de fato educacional e exigente de educadores bem formados para que possam atuar no desenvolvimento integral das crianças, em condições que ultrapassem a mera preocupação com o cuidado ou a alfabetização, ou mesmo a preparação para a entrada nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como a excessiva preocupação com a formação voltada para o amanhã, para as escolhas de campo profissional futuro da criança de hoje.

A instituição goza hoje de princípios estabelecidos em Lei e que exigem dos professores uma maior participação na sua dinâmica, na elaboração de projeto pedagógico compatível com as possibilidades e investimentos a serem feitos pelo coletivo, de maneira cooperativa e compactuada com a família. Estas perspectivas exigirão um novo perfil institucional, o seu entendimento como um espaço de formação profissional para enfrentar os desafios da qualificação cotidiana nas instituições de Educação Infantil, neste sentido será necessário um novo perfil de gestor educacional.

A redefinição de teias relacionais, de integração, compromissos e responsabilidades firmados no sistema e nas instituições de educação infantil depende em grande medida dos gestores em suas diferentes instâncias de atuação, mas caberá

ao gestor institucional a tarefa de estabelecimento de um clima favorável para a constituição de uma unidade de educação infantil, por meio da valorização de seus profissionais, na institucionalização de um clima positivo e propósito de investimentos pessoais e coletivos em projeto educativo que estabeleça laços de identificação e norte para as ações didáticas e institucionais.

Reconhecendo que os diferentes campos das Ciências comprometem-se com a inovação e produção de conhecimento para o melhor entendimento do seu objeto, a área educacional não pode prescindir de manter os seus profissionais em processo contínuo de formação, uma vez que estes serão os articuladores de diferentes conhecimentos e experiências que tem por dever de ofício o direcionamento dos projetos formativos e do compromisso com o desenvolvimento humano e social daqueles que estão sob sua responsabilidade.

Ao gestor cabe a adequação do conceito e das orientações para a aplicação de práticas pedagógicas profícuas para o atendimento educacional infantil.

Os tempos são favoráveis para que se possa contribuir para uma reflexão e melhoria das condições de formação do gestor, de seu papel criativo e ousado, além da análise dos novos perfis profissionais para a administração da educação infantil, exigente de clareza e superação de conceitos educacionais veiculados na sociedade e que são bem pouco pertinentes ao oferecimento de contribuições ao desenvolvimento integral da criança e dos profissionais que com ela trabalham.

FORMAÇÃO DO GESTOR INSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:

A defesa das instituições de educação infantil como espaços privilegiados de formação cotidiana para os profissionais que nela atuam exige a alteração de culturas institucionais de perspectiva verticalizada e hierarquizada, centralizadas no mando e comando do administrador/diretor, reconhecidamente identificadas e existentes no cotidiano de instituições de atendimento educacional infantil.

Os princípios de organização institucional definidos em Letra de Lei, tais como a *autonomia*, a *descentralização*, a *flexibilidade* constituem elementos filosófico-administrativos que alteram significativamente a profissionalidade do gestor educacional e que desafiam a figura da pessoa/profissional a novos arranjos em termos dos valores e procedimentos que subsidiarão o fazer como um todo.

A perspectiva coletiva e cooperativa impregna os fundamentos da gestão democrática, da qual emerge a participação ativa e conseqüente dos atores educativos, profissionais e ou leigos (pais e comunidade), numa definição tecida em termos do que se possa e deva esperar para a formação da infância nas instituições educacionais.

A interação conseqüente da congruência da pessoa no profissional torna-se um trunfo para se pensar o coletivo, e este prescinde e favorece a constituição de um sujeito forte, íntegro, inteiro no exercício de seu fazer.

Defende-se, por princípio e definição do fazer do gestor, que este deva ser por excelência um professor. Ou seja, o gestor que irá atuar nas instituições educacionais deve ser formado nos cursos de Pedagogia, tendo por eixos a formação geral no tocante ao que seja a educação, bem como a docência; esta entendida enquanto condição fundamental para se conhecer a essência do papel da instituição educacional, o papel da escola na formação do sujeito e da conseqüente projeção para que sociedade os indivíduos estão sendo formados.

Os programas de formação de professores, ou as tradições na formação de profissionais da educação efetivados no Brasil não revelam interesse e preocupação sobre como o adulto aprende e se desenvolve, sobretudo profissionalmente; nem tampouco implementam procedimentos e finalidades metodológicas que exijam a participação, o protagonismo pessoal do profissional durante seus processos de formação, a sua atividade de experimentação, elaboração, questionamento intelectual e proposição prática, condição fundamental para que a formação possa se colocar como profícua, estimulante da aprendizagem e do desenvolvimento profissional.

Defende-se, neste sentido, a similaridade nos princípios da aprendizagem e do desenvolvimento da criança para adultos, conforme pesquisas realizadas sobre a teoria sócio-histórica de Vygotsky realizados por Santiago Pelegrina López e Maria Cruz García Linares (In: Ortega, 1988)

De acordo com a citada teoria, a criança se desenvolve a partir das relações que estabelece com outras pessoas - crianças ou adultos, que estejam mais preparadas que ela. A partir deste princípio, se consegue entender a prerrogativas de que para entender os processos psicológicos da criança, a análise deveria centrar-se nos processos sociais, culturais e históricos nos quais as crianças estão inseridas e se desenvolvem.

No processo de construção social do desenvolvimento revela-se a importância do instrumento de mediação em que se constitui a linguagem e deste fato depreendem-se dois princípios fundamentais da teoria vygotskyniana: da dupla formação das funções psicológicas, marcadas pela dinâmica das funções que ocorrem sempre no nível social para depois se configurar nível individual, entre pessoas e no interior da pessoa, condição de desenvolvimento das funções superiores; e o princípio da Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP, determinado enquanto à distância entre o nível real de desenvolvimento do que a criança seja capaz de realizar sozinha e o nível de desenvolvimento potencial, daquilo que é capaz de realizar tendo a colaboração de um companheiro, uma pessoa mais experiente.

Os estudos realizados nesta perspectiva até o momento permitem considerar e defender a similitude de princípios para a Pedagogia da Infância e a Pedagogia do adulto ('andragogia').

Los principios mencionados para el aprendizaje de los alumnos también se pueden aplicar a la formación de los profesores. Así, en el entrenamiento de los que habrán de ser profesores debería incluirse: el conocimiento de los contextos sociales significativos para los alumnos, las estructuras de interacción en que se produce la educación, así como los instrumentos Psicológicos con los que el niño recibe y trata la información. Por otra parte, los profesores, más que trabajar solos y de forma aislada, deberían hacerlo en colaboración, idea que está avanzando actualmente. En definitiva, la escuela debería ayudar a desarrollar la competencia de todos sus miembros: los alumnos, los profesores y todo el personal que forma parte de la misma. (Peregrina e Linares, 2003. In: Ortega e Haro.p.197)

Portanto, o auto-conhecimento da pessoa ao se projetar e constituir o profissional é fundamental, uma vez que a sua base de valores, créditos, ideais, conceitos, a elaboração é que serão a referência de identificação para a elaboração de seu ideário pedagógico. A utilização da base pessoal pode favorecer as escolhas teóricas e os fundamentos profissionais, gerando assim uma possível e interessante relação de congruência entre o ser pessoa e o ser profissional, bem como uma relação mais verdadeira e confiável em relação a profissionalidade do educador infantil.

As análises efetivadas por Rodrigues (2002) sobre o desenvolvimento profissional revelam que...

El desarrollo profesional de los docentes abarca determinadas dimensiones que ha expresado Howey (1985): el desarrollo pedagógico o mejora de las actividades docentes relacionadas con áreas específicas del currículo, destrezas o la dirección de la clase; conocimiento y comprensión de sí mismo, para que el profesor consiga una imagen de sí mismo equilibrada y autoactualizada; el desarrollo cognitivo, referido a la adquisición de conocimientos y a la mejora de las estrategias para procesar la información; el desarrollo profesional, a través de la investigación, y el desarrollo de la carrera, adoptando nuevos papeles en la docencia (Rosenblatt, 1999). Se asume además (Kelchtermans, 1991) que la conducta profesional de un profesor no está sólo determinada por el contexto organizativo, sino también por la historia de vida y por las experiencias con ella relacionadas (Bolívar y otros, 1999). Es decir, que las experiencias del pasado y las expectativas sobre el futuro influyen la percepción que se tenga de la situación presente. Nias (1989) ha escrito: "Ya que no hay dos personas que tengan las mismas experiencias de vida, todos nosotros aprendemos a percibir el mundo y a nosotros mismos como parte de él de maneras diferentes"(156). (p.16-17)

O procedimento intencional de busca pela congruência entre o que se é e o que se projeta ser profissionalmente permitirá ao educador infantil elementos de convicção na efetivação de seu fazer e poderá fundamentar o singular necessário de ser expresso na condição de vivência coletiva de uma unidade educacional.

Ao gestor no seu efetivo exercício caberá a valorização e o respeito pela singularidade dos profissionais que pertencem a instituição, motivando-os na intensificação de suas potencialidades e habilidades, nas trocas de experiências e conhecimentos entre os pares, na reflexão sobre as práticas a serem efetivadas no intuito do desenvolvimento integral da criança de 0 aos 6 anos e proporcionando espaços e tempos para a integração da e na unidade educacional.

A realidade de um trabalho coletivo, plural não pode prescindir de um singular, de um profissional convicto e estruturado, apropriado de si mesmo para que possa estabelecer escolhas com autonomia; que possa refletir sobre seu fazer; que possa idealizar uma sociedade e um educando que participe com protagonismo claro e objetivado na melhoria de vida de seu grupo; não pode prescindir de uma proposta de formação que entenda o adulto como ser cognoscente, mas também cognoscível, ou seja, passível de se tornar elemento do próprio conhecimento e objeto de necessária apropriação.

Portanto, os princípios que regem o trabalho e o respeito comprometido que se espera do educador em relação às suas crianças (princípios tão propalados e defendidos nos cursos de formação inicial) não estão compatíveis com os que recebem em seu processo de formação, nem tampouco da parte da sociedade brasileira contemporânea.

Vivemos uma cultura da desvalorização e do crédito de que estar com crianças pequeninas é um papel para a mulher pela sua própria natureza, entendendo tal atendimento como meramente protetor, de cuidados e não necessariamente o que dele se espera: um cuidar que educa, por um educar que cuida, processo metodológico fundamentado na experimentação, sobretudo pelas vias do brincar, da ludicidade exploratória que poderá favorecer os primórdios do desenvolvimento integral das crianças.

A profissionalidade do gestor deverá estar imbuída do compromisso com o desenvolvimento pessoal dos profissionais que com ele estarão atuando, reconhecendo, valorizando e motivando a pessoa, o seu fazer profissional, sua criativa participação nas dinâmicas de sala de aula e da instituição; sua disponibilidade para ver e entender o outro, seu par, participe de projetos de formação, aprendizagem e desenvolvimento das crianças sob sua responsabilidade e de si mesmo em seu fazer.

Figura de articulação em prol do pedagógico, o gestor não pode se afastar do administrativo, mas precisa entendê-lo a luz do compromisso com os processos formativos que co-existem na instituição.

Comprometer-se com a figura humana é tarefa dos profissionais da educação, investir em seu desenvolvimento pessoal e profissional no cotidiano institucional é compromisso individual motivado pela gestão democrática que incentiva, motiva, respeita o ser único existente em cada profissional pelo bem do trabalho coletivo e cooperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e elaborar proposta de formação para os profissionais da educação (gestores e professores) em contexto de autonomia, flexibilidade, participação ativa nos determinantes da formação, bem como na integração de contextos formativos profissionais e leigos requer, fundamentalmente, que a formação inicial, a continuada e contínua em serviço considerem a essência da razão humana, os melhores valores relativos à convivência, e as condições para sua plenitude, bem como redefina a importância da aquisição, elaboração e do papel do conhecimento (base sólida, complexa e ampla) na valorização e dignidade do ser pessoa, em especial, por meio de condições para a efetivação de processo de aprendizagem e desenvolvimento do profissional em exercício.

Ao gestor, na efetivação de seu fazer, cumpre reconhecer a importância do ser pessoa /profissional que trabalha em prol da humanidade constituída social-histórico e culturalmente.

Garantir espaços e tempos de vivência, de experiência, reflexão e elaborações individuais, criativas representa a certeza de se poder trabalhar pela realização do coletivo, da classe profissional, da equipe de docentes que povoa uma unidade educacional, passos iniciais para que os princípios da gestão democrática possam ser de fato projetados.

A base de conhecimento efetivada no processo de formação daqueles que atuam na fase inicial de desenvolvimento da primeira infância não pode prescindir e deve privilegiar os conhecimentos específicos relativos à criança em sua totalidade, os conhecimentos gerais, pedagógicos, uma análise sócio-cultural-antropológica-histórica-biológica, psicológica da infância entre outros elementos tão necessários.

A base de conhecimento selecionada em termos da composição de um currículo traz consigo a necessária inovação metodológica que substitua os procedimentos de aulas magistrais pelos de laboratório experiencial de ser e estar na condição de assumir-se profissionalmente, viabilizando na formação do adulto os princípios defendidos na aprendizagem infantil, por meio do qual a experiência, a atividade, a inserção contextual do conhecimento possa exigir a desenvoltura das elaborações, das ações criativas e das posições únicas dos aprendizes.

A participação da pessoa no processo de formação, aprendizagem e desenvolvimento que se expressa no profissional constituem fator essencial na determinação dos caminhos de “sedimentação” criativa da profissionalidade na educação infantil.

Buscar o protagonismo docente na formação (protagonismo pessoal) e na atuação (protagonismo profissional) em partilha de espaço, mas preservando os papéis e as especificidades dos diferentes atores educativos (criança, educador leigo e profissional, comunidade...) por meio de um projeto traçado de maneira compartilhada poderá fortalecer a divulgação da importância desta etapa educacional, valorizar a categoria profissional, além de criar condições mais saudáveis para o desenvolvimento infantil em uma sociedade almejada.

Para tanto, os espaços e tempos para reuniões pedagógicas deverão ser respeitados no intuito de que tal finalidade seja atendida; será necessário que pautas, discussões e encaminhamentos referentes à efetivação das práticas didáticas e institucionais sejam definidas e assumidas a partir do bom senso e do consenso obtido pelo coletivo da unidade em clima de colaboração, cooperação e fortalecimento indivíduo/grupo, pessoa/profissional; que espaços e tempos institucionais promotores de intercâmbio de experiências, de prazer e lazer co-existam com o fazer profissional, tornando-o uma expressão de ludicidade na realização do adulto, entre outras questões possíveis de serem implementadas.

O compromisso do gestor com a gestão democrática, portanto se amplia e redefine nas atuais atribuições do profissional. Mas é importante que se destaque que estas mesmas atribuições podem fortalecê-lo na execução de seu fazer por meio da partilha de responsabilidades com seus pares e na maneira como poderá integrar a instituição educativa com a família; além de ganhos decorrentes da clareza das determinações pedagógicas impregnadas de maneira consentida em todas as situações e ações profissionais pertencentes à dinâmica das unidades educacionais que atuam em prol do desenvolvimento integral da criança de faixa etária menor de seis anos.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela – **Aprendizagem profissional : os primeiros passos no magistério pré-escolar**. São Carlos, 1998. Tese (Doutoramento em Educação) – CECH-Universidade Federal de São Carlos.

_____. **Espaços de formação docente: os desafios da qualificação cotidiana em instituições de Educação Infantil**. Araraquara: 2007 (prelo).

A Gestão Democrática na Educação Infantil: favorecendo espaços e tempos para a aprendizagem e o desenvolvimento profissional. Congresso Luso – Brasileiro de Política e Administração da Educação, IV e Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Escolar, III, 2007, Lisboa. In: **Anais O Governo das escolas: os novos referenciais, as práticas e a formação**, promovido pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e pelo Fórum Português de Administração Escolar, realizado na Universidade de Lisboa, Portugal, no período de 12 a 14 de abril de 2007. p. 19.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96**. Brasília: MEC, 20 de dezembro de 1996.

Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, **Resolução nº 01/2006, CNE/CP**. Brasília: de 15 de maio de 2006.

ENGUITA, Mariano Fernández; SOUZA, Xosé Manuel; e RÁVENA, Ricardo Rodríguez – **La sociedad del conocimiento: democracia y cultura. Colección Recursos, nº 75. Serie La escuela del nuevo siglo**. Barcelona (Es): OCTOEDRO, 2005.

ORTEGA, José Luis Gallego (coord.) – **Educación Infantil**. Málaga(Es): Ediciones ALJIBE, 1988. 2ª edición. 514 p.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza e SOUZA, Vera Lucia Trevisan de (orgs.)- **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006

RODRÍGUES, Pedro S. de Vicente (dir.)- **Desarrollo profesional del docente – en un modelo colaborativo de evaluación**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2002.

TARDIF, Maurice – **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários** – Brasil: PUC-Rio/Pelotas, outubro de 1999.(mimeo)

NOTAS

- ¹ As bases de fundamentação deste artigo foram apresentadas no IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação ocorrido em abril de 2007 na Universidade de Lisboa, Portugal.
- ² Líder do Grupo de Pesquisa intitulado *Educação Infantil: Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional em Contextos Integrados*.